



# **PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA**

## **PARA 2015**

(Projeto de Lei nº 13/2014-CN)

## **ÁREA TEMÁTICA IX**

### **Agricultura e Desenvolvimento Agrário**

#### **RELATÓRIO SETORIAL**

21/12/2014

Relator: Deputado MOREIRA MENDES (PSD/RO)





**CONGRESSO NACIONAL**  
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO  
Relatório Setorial da Área Temática IX – Agricultura e Desenvolvimento Agrário - PLN nº 13, de 2014-CN

## SUMÁRIO

<b>I – RELATÓRIO.....</b>	<b>3</b>
<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>3</b>
<b>2. ATENDIMENTO DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS .....</b>	<b>4</b>
<b>3. A PROPOSTA PARA A ÁREA TEMÁTICA IX .....</b>	<b>4</b>
3.1 MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO - MAPA .....	5
3.1.1 DESPESAS POR ESFERAS ORÇAMENTÁRIAS .....	5
3.1.2 EMBRAPA .....	8
3.1.3 CONAB .....	9
3.1.4 FUNCAFÉ .....	10
3.1.5 MAPA.....	10
3.1.6 RESULTADOS DA APRECIAÇÃO LEGISLATIVA.....	12
3.1.7 A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO MAPA .....	12
3.2 MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO – MDA .....	14
3.2.1 A PROPOSTA E A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO MDA.....	16
3.2.2 A PROPOSTA E A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO INCRA .....	17
3.3 MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA - MPA.....	20
<b>4. CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS E ESPECIAIS APROVADOS.....</b>	<b>21</b>
<b>5. OBRAS COM INDÍCIOS DE IRREGULARIDADES GRAVES.....</b>	<b>21</b>
<b>6. ANÁLISE DAS EMENDAS.....</b>	<b>22</b>
6.1 CONSIDERAÇÕES GERAIS .....	22
6.2 AJUSTES E ADEQUAÇÕES NAS EMENDAS .....	22
6.3 ANÁLISE DE ADMISSIBILIDADE .....	23
6.4 PADRÓES DE CUSTOS UNITÁRIOS MÉDIOS.....	24
6.5 ANÁLISE DE MÉRITO DAS EMENDAS .....	24
6.6 FONTES DE RECURSOS .....	24
6.7 PARECER ÀS EMENDAS .....	25
6.7.1 PARECER ÀS EMENDAS INDIVIDUAIS .....	25
6.7.2 PARECER ÀS EMENDAS COLETIVAS .....	25
6.8 RECOMENDAÇÕES À RELATORIA-GERAL .....	25
<b>II - VOTO DO RELATOR.....</b>	<b>26</b>



## **RELATÓRIO Nº , DE 2014**

Da Relatoria da Área Temática IX – Agricultura e Desenvolvimento Agrário, sobre o Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2015 – PLOA 2015, constante do PL nº 13, de 2014-CN, encaminhado por intermédio da Mensagem Presidencial Mensagem nº 251, de 2014, na origem, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2015, na parte referente aos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), do Desenvolvimento Agrário (MDA) e da Pesca e Aquicultura (MPA), seus órgãos, entidades e fundos.

### **RELATOR SETORIAL: Deputado MOREIRA MENDES**

## **I – RELATÓRIO**

### **1. INTRODUÇÃO**

1. A Excelentíssima Senhora Presidente da República, no uso das atribuições previstas nos arts. 84, inciso XXIII, e 165, inciso III, da Constituição Federal – CF/88, combinados com o art. 35, § 2º, inciso III, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, enviou à apreciação do Congresso Nacional, por meio da Mensagem nº 251, de 2014, na origem, o Projeto de Lei nº 13, de 2014-CN (PLOA 2015), que “estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2015”. Esse Projeto de Lei compreende o Orçamento Fiscal, o Orçamento da Seguridade Social e o Orçamento de Investimento das Empresas Estatais.

2. No âmbito do Poder Legislativo, cabe à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMO examinar e emitir parecer sobre o Projeto, de acordo com o art. 166, § 1º, inciso I, da CF/88.

3. Por designação de seu Presidente, na forma do art. 15 da Resolução nº 1, de 2006-CN, recebemos a missão de examinar e relatar as peças orçamentárias concernentes à Área Temática IX – Agricultura e Desenvolvimento Agrário do referido Projeto de Lei, compreendendo as matérias relativas ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e ao Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), e suas unidades orçamentárias.



**CONGRESSO NACIONAL**  
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO  
Relatório Setorial da Área Temática IX – Agricultura e Desenvolvimento Agrário - PLN nº 13, de 2014-CN

## 2. ATENDIMENTO DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS

4. Em relação a esta Área Temática, a proposta do Poder Executivo é compatível com a Constituição Federal, com a Lei nº 12.593, de 2012 (Plano Plurianual 2012/2015), com o autógrafo da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2015 (Projeto de Lei nº 03/2014-CN), já encaminhado ao Poder Executivo para sanção, e com a Lei Complementar 101, de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF).

## 3. A PROPOSTA PARA A ÁREA TEMÁTICA IX

5. O montante programado para 2015 para a Área Temática IX totaliza R\$ 16,3 bilhões, sendo R\$ 14,1 bilhões do Orçamento Fiscal, R\$ 2,1 bilhões do Orçamento da Seguridade Social e R\$ 42,8 milhões do Orçamento de Investimento das Estatais.

ÁREA TEMÁTICA IX: VALORES PROPOSTOS PARA 2015 - POR ÓRGÃO E ESFERA

COD	NOME DO ÓRGÃO	Orç Fiscal	Orç Seg Social	Orç Inv Estatais	TOTAL	R\$ Mil
22000	M. Ag., Pec. e Abastecimento	8.818.422	1.652.161	42.841	10.513.424	
49000	M. do Desenvolvimento Agrário	5.106.804	481.988	-	5.588.792	
58000	M. da Pesca e Aquicultura	254.007	654	-	254.662	
	<b>TOTAL</b>	<b>14.179.233</b>	<b>2.134.804</b>	<b>42.841</b>	<b>16.356.878</b>	

Fonte: SIAFI/MF; PRODASEN/SF. Elaboração CONOF/CD.

6. Na tabela a seguir, as despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social desta Área Temática têm, por órgão, unidade orçamentária e por tipo de despesa, a seguinte distribuição:

ÁREA TEMÁTICA IX: AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO  
VALORES PROPOSTOS PARA 2015: POR ÓRGÃO, UNIDADE ORÇAMENTÁRIA E TIPO DE DESPESA

UO	ÓRGÃO E UO	Desp. Financeira	Desp. Obrigatória	Desp. Discricionária	PAC	Total	R\$ Mil
	M. Ag., Pec. e Abastecimento	2.226.321	6.096.071	2.148.189	-	10.470.581	
22101	M. Ag., Pec. e Abastecimento	254.507	3.005.631	1.301.441	-	4.561.579	
22202	EMBRAPA	-	2.324.565	516.798	-	2.841.363	
22211	CONAB	1.939.984	765.875	316.898	-	3.022.757	
22906	F. de Defesa da Econ. Cafeeira	31.830	-	13.052	-	44.882	
	M. do Desenvolvimento Agrário	89.138	2.271.754	2.827.900	400.000	5.588.792	
49101	M. do Desenvolvimento Agrário	4.751	259.929	1.114.690	400.000	1.779.370	
49201	INCRA	84.387	2.011.825	1.713.210	-	3.809.422	
	M. da Pesca e Aquicultura	1.365	38.774	214.523	-	254.662	
58101	M. da Pesca e Aquicultura	1.365	38.774	214.523	-	254.662	
	<b>TOTAL</b>	<b>2.316.824</b>	<b>8.406.599</b>	<b>5.190.612</b>	<b>400.000</b>	<b>16.314.035</b>	

Fonte: SIAFI/MF; PRODASEN/SF. Elaboração CONOF/CD.

7. Os detalhes da programação desses três órgãos serão analisados a seguir.



**CONGRESSO NACIONAL**  
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO  
Relatório Setorial da Área Temática IX – Agricultura e Desenvolvimento Agrário - PLN nº 13, de 2014-CN

### **3.1 MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO - MAPA**

8. O programa de trabalho do MAPA para 2015 será analisado em duas etapas. Na primeira etapa comparamos as propostas apresentadas nos exercícios de 2013 e 2014 com a de 2015. Em seguida, destacamos as ações finalísticas da programação para 2015, identificando aquelas que foram objeto de emendas por ocasião da apreciação do PLOA 2014. Comparamos, ainda, a programação aprovada para 2014 com a proposta no respectivo projeto de lei com o objetivo de destacar as alterações nela promovidas.

9. Na segunda etapa, avaliamos a execução das programações aprovadas para 2013 e 2014.

#### **3.1.1 DESPESAS POR ESFERAS ORÇAMENTÁRIAS**

10. A despesa orçamentária total proposta para o MAPA em 2015 é de R\$ 10,5 bilhões. Incluem-se, nesse total, despesas de R\$ 37,2 milhões do orçamento de investimento da Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo S. A. (CEAGESP – UO 22.212); das Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S. A. (CEASAMINAS – UO 22.208), com R\$ 300 mil; e da Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais (CASEMG – UO 22.209), com gastos previstos da ordem de R\$ 5,3 milhões.

MAPA - Valores Propostos. Exercícios 2013 a 2015.  
Esferas Fiscal, Seguridade Social e Investimento das Estatais

R\$ 1,00

Unidade Orçamentária	PLOA 2013	PLOA 2014	PLOA 2015
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	9.192.230.473	9.686.108.805	10.470.582.880
22101 M. Ag., Pec. e Abastecimento	3.913.405.330	4.182.623.957	4.561.579.308
22202 EMBRAPA	2.287.191.888	2.529.332.225	2.841.364.731
22211 CONAB	2.957.842.634	2.934.608.784	3.022.757.260
22906 F. de Defesa da Econ. Cafeeira	33.790.621	39.543.839	44.881.581
Orçamento de Investimento das Estatais	29.806.251	36.358.879	42.841.040
22208 CEASAMINAS	4.500.000	1.300.000	300.000
22209 CASEMG	1.701.780	300.000	5.337.251
22212 CEAGESP	23.604.471	34.758.879	37.203.789
<b>TOTAL</b>	<b>9.222.036.724</b>	<b>9.722.467.684</b>	<b>10.513.423.920</b>

Fonte: SIAFI/MF - Elaboração CONOF/CD

11. Os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social apresentam crescimento no triênio analisado, alcançando R\$ 10,471 bilhões em 2015. Essa tendência está presente na maioria das unidades orçamentárias do MAPA. A CEASAMINAS destaca-se como exceção. A proposta para 2015 para essa unidade é reduzida em R\$ 1 milhão em relação a 2014 e não chega a 7% da que foi proposta em 2013.

12. A tabela a seguir mostra as propostas de gastos do Ministério da Agricultura por grupo de natureza da despesa no período 2013 a 2015.



**CONGRESSO NACIONAL**  
**COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO**  
 Relatório Setorial da Área Temática IX – Agricultura e Desenvolvimento Agrário - PLN nº 13, de 2014-CN

**MAPA - VALORES PROPOSTOS - 2013 a 2015**  
**POR GRUPO DE NATUREZA DE DESPESA**

GND	2013		2014		2015		Diferença (2015-2013)		R\$ milhões Média do Período
	Valor	(%)	Valor	(%)	Valor	(%)	VALOR	%	VALOR
PESSOAL E ENC SOCIAIS	5.068	55,1	5.578	57,6	6.035	57,64	967	19,08	5.560
OUTRAS DESP CORRENTES	1.504	16,4	1.677	17,3	2.024	19,33	520	34,57	1.735
INVESTIMENTOS	285	3,1	519	5,4	430	4,11	145	50,88	411
INVERSÕES FINANCEIRAS	2.300	25	1.840	19	1.902	18,17	-398	(17,30)	2.014
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	29	0,3	73	0,8	79,3	0,76	50	173,45	60
<b>TOTAL</b>	<b>9.192</b>	<b>100</b>	<b>9.687</b>	<b>100</b>	<b>10.470</b>		<b>100</b>	<b>1.279</b>	<b>13,91</b>
									<b>9.783</b>

Fonte: SIAFI - Elaboração COFF/CD

13. O acréscimo de R\$ 1,3 bilhão na proposta de 2015 em relação à de 2013 reflete o crescimento das despesas com Pessoal e Encargos Sociais no MAPA. Esse item é responsável por 57%, em média, dos gastos dessa Pasta.

14. Em termos relativos, destacam-se, no período, os aumentos dos gastos com investimentos (51%) e com outras despesas correntes (34%). Já as inversões financeiras apresentam uma redução de 17%. Note-se, entretanto, que o crescimento relativo na rubrica Investimentos não foi suficiente para elevá-los a uma posição de destaque na estrutura de gastos desta Pasta. Representam apenas 4% do programa de trabalho proposto.

15. A tabela a seguir mostra que apenas 1,7% da programação proposta para o MAPA é executada de forma descentralizada. Não obstante, observa-se uma mudança acentuada na estrutura de responsabilidades de execução da programação. As transferências aos municípios, por exemplo, estão oito vezes superiores ao valor proposto para 2013. As transferências para entidades privadas cresceram 2.267% em relação a 2014 e 378% em relação a 2013.

**MAPA: VALORES PROPOSTOS - 2013 a 2015**  
**POR MODALIDADE DE APLICAÇÃO**

TRANSFERÊNCIAS A:	2013		2014		2015		Var. % (2015/13)	R\$ mil
	Valor	%	Valor	%	Valor	%		
30 GOVERNOS ESTADUAIS	32.735	0,36	20.720	0,21	41.587	0,40	27,04	
40 MUNICÍPIOS	2.000	0,02	2.423	0,03	16.001	0,15	700,05	
50 ENTID. PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS	8.912	0,10	1.886	0,02	42.567	0,41	377,64	
60 INST. PRIVADAS COM FINS LUCRATIVOS	274	0,00	233	0,00	250	0,00	(8,76)	
80 TRANSFERÊNCIAS AO EXTERIOR	0	-	280	0,00	0	-		
90 APLICAÇÕES DIRETAS	8.762.246	95,32	8.827.282	91,13	9.473.668	90,48	8,12	
91 APLIC. DIRETA ENTRE ORG, FUND E ENTIDADES	356.866	3,88	760.381	7,85	817.189	7,80	128,99	
99 A definir	29.198	0,32	72.904	0,75	79.321	0,76	171,67	
<b>TOTAL</b>	<b>9.192.231</b>	<b>100,0</b>	<b>9.686.109</b>	<b>100,0</b>	<b>10.470.583</b>	<b>100,0</b>	<b>13,91</b>	

Fonte: SIAFI/MF - PRODASEN. Elaboração CONOF/CD.

16. As duas principais fontes de financiamento das despesas do MAPA continuam sendo a Fonte 100 - Recursos Ordinários e a Fonte 160 - Recursos de Operações Oficiais



**CONGRESSO NACIONAL**

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatório Setorial da Área Temática IX – Agricultura e Desenvolvimento Agrário - PLN nº 13, de 2014-CN

de Crédito. Para o Exercício de 2015, destaca-se a inclusão da Fonte 153 - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS, que passa a se responsabilizar por 11% das despesas dessa Pasta.

**MAPA: FONTES DE FINANCIAMENTO**

VALORES PROPOSTOS - 2013 a 2015

R\$ mil

Cod	FONTE	2013		2014		2015	
		Valor	(%)	Valor	(%)	Valor	(%)
100	Recursos Ordinários	5.598.864	57,80	7.104.286	67,85	6.684.848	63,84
160	Rec. Operações Oficiais de Crédito	2.300.000	23,75	1.840.000	17,57	1.900.000	18,15
	<b>SUBTOTAL</b>	<b>7.898.864</b>	<b>81,55</b>	<b>8.944.286</b>	<b>85,42</b>	<b>8.584.848</b>	<b>81,99</b>
153	Contribuição para Financ. da Seg. Social - COFINS	-	-	-	-	1.135.169	10,84
	Outras Fontes	1.293.366	13,35	741.823	7,08	750.566	7,17
	<b>TOTAL</b>	<b>9.192.230</b>	<b>95</b>	<b>9.686.109</b>	<b>93</b>	<b>10.470.583</b>	<b>100</b>

Fonte: SIAFI/MF; PRODASEN/SF- Elaboração CONOF/CD

17. Observa-se, na tabela a seguir, um crescimento significativo e contínuo das despesas primárias. As de execução obrigatória se constituem no principal componente do orçamento do MAPA (58% em 2015).

**MAPA: VALORES PROPOSTOS - 2013 a 2015  
POR IDENTIFICADOR DO RESULTADO FISCAL**

R\$ 1,00

IDENTIFICADOR	2013		2014		2015	
	VALOR	(%)	VALOR	(%)	VALOR	(%)
RP 0: DESPESA FINANCEIRA	2.584.610.287	28,12	2.169.569.543	22,40	2.226.320.701	21,26
RP 1: DESPESA PRIMÁRIA OBRIGATÓRIA	5.054.003.377	54,98	5.593.286.336	57,75	6.096.072.362	58,22
RP 2: DESPESA PRIMÁRIA DISCRICIONÁRIA	1.553.616.809	16,90	1.923.252.926	19,86	2.148.189.817	20,52
<b>TOTAL</b>	<b>9.192.230.473</b>	<b>100,00</b>	<b>9.686.108.805</b>	<b>100,00</b>	<b>10.470.582.880</b>	<b>100,00</b>

Fonte: SIAFI/MF, PRODASEN. Elaboração CONOF/CD

18. A gestão da programação do MAPA, nas esferas fiscal e da seguridade social, é feita por meio de quatro unidades orçamentárias. Na tabela abaixo mostramos os valores propostos para essas Unidades no período 2013 a 2015.

**MAPA - Valores Propostos. Exercícios 2013-15  
Por Unidade Orçamentária**

R\$ 1,00

Unidade Orçamentária	PLOA 2013	PLOA 2014	PLOA 2015	Diferença (2015-2013)		Média do Período
				VALOR	%	
22101 MAPA - Unidade Central	3.913.405.330	4.182.623.957	4.561.579.308	648.173.978	16,56	4.219.202.865
22202 EMBRAPA	2.287.191.888	2.529.332.225	2.841.364.731	554.172.843	24,23	2.552.629.615
22211 CONAB	2.957.842.634	2.934.608.784	3.022.757.260	64.914.626	2,19	2.971.736.226
22906 FUNCAFÉ	33.790.621	39.543.839	44.881.581	11.090.960	32,82	39.405.347
<b>TOTAL</b>	<b>9.192.230.473</b>	<b>9.686.108.805</b>	<b>10.470.582.880</b>	<b>1.278.352.407</b>	<b>13,91</b>	<b>9.782.974.053</b>

Fonte: SIAFI/MF - Elaboração CONOF/CD

19. Observam-se variações positivas e significativas no orçamento das unidades orçamentárias do MAPA no triênio analisado. Destacam-se o Funcafé, com um aumento de 33% e a Embrapa, com 24%. A proposta para a Conab está, praticamente, estabilizada em torno da média de R\$ 3 bilhões anuais.



**CONGRESSO NACIONAL**  
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO  
Relatório Setorial da Área Temática IX – Agricultura e Desenvolvimento Agrário - PLN nº 13, de 2014-CN

20. Nos próximos segmentos analisa-se o plano de trabalho de cada uma dessas unidades orçamentárias.

### 3.1.2 EMBRAPA

21. A proposta orçamentária para 2015 da Embrapa destina créditos da ordem de R\$ 502,2 milhões para suas ações finalísticas<sup>1</sup>. Esse valor corresponde a 17,7% do orçamento proposto para essa empresa. A Ação “20Y6 - Pesquisa e Desenvolvimento de Tecnologias para a Agropecuária” concentra 82,4% do total desses créditos.

22. Observe-se que duas novas ações (212H e 117A) estão sendo incluídas no Programa “2042 – Inovações para a agropecuária” (Ver tabela a seguir).

**EMBRAPA – PROGRAMA 2042: INOVAÇÕES PARA A AGROPECUÁRIA**  
**PLOA 2015 - VALORES PROPOSTOS**

AÇÕES FINALÍSTICAS	VALOR	(%)
8924 - Transferência de Tecnologias Desenvolvidas para a Agropecuária Nacional	74.319.576,00	14,80
20Y6 - Pesquisa e Desenvolvimento de Tecnologias para a Agropecuária Nacional	413.565.206,00	82,35
117A - Construção e Implantação de Centros de Pesquisa da Embrapa Nacional	8.000.000,00	1,59
116Z - Apoio à Ampliação, à Revitalização e à Modernização da Infraestrutura Física das Organizações Estaduais de Pesquisas Agrícolas - OEPAS Nacional	500.000,00	0,10
212H - Pesquisa e Desenvolvimento nas Organizações Sociais Nacional	5.813.626,00	1,16
<b>TOTAL</b>	<b>502.198.408,00</b>	<b>100,00</b>

Fonte: SIAFI/MF; PRODASEN/SF; Elaboração CONOF/CD

23. A proposta apresentada para 2014 foi objeto de ajustes na fase de apreciação setorial do respectivo projeto de lei. As bancadas estaduais tiveram quatro emendas aprovadas. Essas emendas, no total de R\$ 45 milhões, estão listadas na tabela a seguir.

**EMBRAPA - EMENDAS DE BANCADA APROVADAS - PLOA 2014**

R\$ 1,00

BANCADA	FUNC PROGRAMÁTICA	TÍTULO E SUBTÍTULO DA AÇÃO	VALOR
Bancada de Rondonia	20.573.2042.8924.7000	Transferência de Tecnologias Desenvolvidas para a Agropecuária - Aquisição de Máquinas e Equipamentos - No Estado de Rondônia	10.000.000,00
Bancada do Distrito Federal	20.572.2042.147T.0053	Construção, Equipamento e Implantação da Embrapa Quarentena Vegetal - No Distrito Federal	7.000.000,00
Bancada do Maranhão	20.572.2042.20Y6.7008	Pesquisa e Desenvolvimento de Tecnologias para a Agropecuária - Construção e aquisição de equipamentos para o edifício Sede da EMBRAPA COCAIS - No Estado do Maranhão	20.000.000,00
Bancada do Para	20.572.2042.20Y6.7006	Pesquisa e Desenvolvimento de Tecnologias para a Agropecuária - Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes - No Estado do Pará	9.000.000,00
<b>TOTAL</b>			<b>46.000.000,00</b>

Fonte: SIAFI/MF; PRODASEN/SF; Elaboração CONOF/CD

<sup>1</sup> As despesas com ações finalísticas correspondem às ações incluídas nos programas finalísticos, também denominados de temáticos no PPA. O art. 5º da Lei nº 12.593, de 2012 (PPA 2012-2015) indica que os programas finalísticos são orientados para a oferta de bens e serviços diretamente à sociedade.



**CONGRESSO NACIONAL**  
**COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO**  
 Relatório Setorial da Área Temática IX – Agricultura e Desenvolvimento Agrário - PLN nº 13, de 2014-CN

24. Na fase de apreciação setorial da proposta, as comissões da Câmara dos Deputados e do Senado Federal tiveram três emendas de acréscimo aprovadas na programação da Embrapa para 2014 no valor total de R\$ 28,8 milhões. Duas emendas contemplaram a Ação 8924. A emenda da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado acrescenta R\$ 12,3 milhões de créditos à Ação 20Y6.

EMBRAPA - EMENDAS DE COMISSÃO APROVADAS - PLOA 2014

COMISSÕES	F PROGRAMÁTICA	TÍTULO E SUBTÍTULO DA AÇÃO	VALOR
Comissão de Agricultura e Reforma Agrária	20.572.2042.20Y6.0001	Pesquisa e Desenvolvimento de Tecnologias para a Agropecuária - Nacional	R\$ 1,00 12.312.000
Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Agrário	20.573.2042.8924.0001	Transferência de Tecnologias Desenvolvidas para a Agropecuária - Nacional	9.000.000
Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio	20.573.2042.8924.0001	Transferência de Tecnologias Desenvolvidas para a Agropecuária - Nacional	7.500.000
<b>TOTAL</b>			<b>28.812.000</b>

Fonte: SIAFI/MF; PRODASEN/SF; Elaboração CONOF/CD

25. Senadores e deputados tiveram setenta emendas aprovadas no valor total de R\$ 24,4 milhões. A Ação 9824 recebeu 43 emendas com valor médio de R\$ 348 mil. A Ação 20Y6 recebeu 27 emendas com valor médio de R\$ 350 mil.

EMBRAPA - EMENDAS DE PARLAMENTARES APROVADAS - PLOA 2014

TÍTULO DA AÇÃO	Nº DE EMENDAS	VALOR	VALOR MÉDIO
20Y6 - Pesquisa e Desenvolvimento de Tecnologias para a Agropecuária	27	9.463.000	350.481
9824 - Transferência de Tecnologias Desenvolvidas para a Agropecuária	43	14.943.000	347.512
<b>TOTAL</b>	<b>70</b>	<b>24.406.000</b>	<b>348.657</b>

Fonte: SIAFI/MF; PRODASEN/SF; Elaboração CONOF/CD

### 3.1.3 CONAB

26. O Plano de Trabalho da Conab contém seis ações finalísticas (ver tabela a seguir). A Ação 2130 – Formação de estoques públicos – AGF é contemplada com créditos da ordem de R\$ 1,7 bilhão, correspondendo a 80% do total destinado às ações finalísticas desta UO.

CONAB - AÇÕES FINALÍSTICAS - PLOA 2015

AÇÃO	TÍTULO DA AÇÃO	VALOR	(%)
1510	Ampliação e Melhoria da Capacidade Armazenadora da CONAB	200.000.000	9,41
20GI	Formação de Estoques Públicos com Produtos da Agricultura Familiar - AGF-AF	200.000.000	9,41
20TB	Serviço de Abastecimento Móvel Fluvial	17.550.000	0,83
20Y7	Desenvolvimento do Abastecimento Agroalimentar	5.538.765	0,26
2130	Formação de Estoques Públicos - AGF	1.700.000.000	80,00
2137	Fiscalização dos Estoques e das Operações de Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários	2.000.000	0,09
<b>TOTAL</b>			<b>2.125.088.765</b>
Fonte: SIAFI/MF; PRODASEN/SF; Elaboração CONOF/CD			<b>100,00</b>



**CONGRESSO NACIONAL**  
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO  
Relatório Setorial da Área Temática IX – Agricultura e Desenvolvimento Agrário - PLN nº 13, de 2014-CN

### 3.1.4 FUNCAFÉ

27. A proposta orçamentária para 2015 do Funcafé contém apenas uma ação finalística. A Ação 20Y8 – Desenvolvimento da Cafeicultura, com créditos de R\$ 11 milhões. Essa UO não teve sua programação alterada na fase setorial de apreciação do orçamento para 2014.

### 3.1.5 MAPA

28. Na proposta apresentada para a Unidade Orçamentária 22101 – Administração Central do MAPA as despesas relativas aos programas finalísticos para 2015 atingem R\$ 1,1 bilhão. Quase três quartos desse valor estão alocados no Programa 2014 – Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização.

MAPA (UNID CENTRAL) - PROGRAMAS FINALÍSTICOS - PLOA 2015			
COD PROG	TÍTULO DO PROGRAMA	VALOR	(%)
2014	Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização.	831.911.591	73,87
2028	Defesa Agropecuária	269.737.504	23,95
2042	Inovações para a Agropecuária	24.504.815	2,18
<b>TOTAL</b>		<b>1.126.153.910</b>	<b>100</b>

Fonte: SIAFI/MF; PRODASEN/SF; Elaboração CONOF/CD

29. Nas tabelas a seguir relacionamos as ações que compõem esses programas. No Programa 2014 estão incluídas onze ações que, em tese, refletem as políticas públicas e têm por objetivo proporcionar a oferta de bens e serviços de interesse da sociedade brasileira. Nesse sentido, por exemplo, a Ação 099F destina R\$ 700 milhões como subvenção econômica ao prêmio do seguro rural. A Ação 20ZS aloca créditos da ordem de R\$ 1,2 milhão para o desenvolvimento da agroenergia.

MAPA (UNID. CENTRAL) - AÇÕES DO PROGRAMA 2014 - PLOA 2015			
COD.	TÍTULO DA AÇÃO	VALOR	R\$ 1,00 (%)
0064	Assistência às Associações de Criadores de Equinos e Entidades Turfísticas (Lei nº 7.291, de 1984)	250.000	0,03
099F	Concessão de Subv. Econômica ao Prêmio do Seguro Rural (Lei nº 10.823, de 2003)	700.000.000	84,14
147S	Ampliação da Rede Nacional de Monitoramento Meteorológico	1.445.000	0,17
202S	Desenvolvimento da Agroenergia.	1.160.045	0,14
20ZT	Promoção do Agronegócio Brasileiro no Mercado Internacional	9.716.294	1,17
20ZU	Redução de Riscos na Atividade Agropecuária	8.890.328	1,07
20ZV	Fomento ao Setor Agropecuário	19.247.793	2,31
213S	Assistência Técnica e Extensão Rural para o Produtor Rural	42.950.038	5,16
2161	Produção e Divulgação de Informações Meteorológicas e Climatológicas	38.997.000	4,69
8593	Apoio ao Desenvolvimento de Agricultura de Baixa Emissão de Carbono - ABC	3.513.275	0,42
8606	Apoio ao Desenvolvimento e Controle da Agricultura Orgânica - Pró-Orgânico	5.741.818	0,69
<b>TOTAL</b>		<b>831.911.591</b>	<b>100,00</b>

Fonte: SIAFI/MF; PRODASEN/SF; Elaboração CONOF/CD

30. No Programa 2028 – Defesa Agropecuária, o destaque fica com a Ação 20ZW – Promoção da Defesa Agropecuária que alcança, nesta proposta, R\$ 185,6 milhões.



**CONGRESSO NACIONAL**  
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO  
Relatório Setorial da Área Temática IX – Agricultura e Desenvolvimento Agrário - PLN nº 13, de 2014-CN

**MAPA (UNID. CENTRAL) - AÇÕES DO PROGRAMA 2028 - PLOA 2015**

COD	TÍTULO DA AÇÃO	VALOR	(%)
20ZW	Promoção da Defesa Agropecuária	185.634.586	68,82
20ZX	Fiscalização de Atividades Agropecuárias	84.102.918	31,18
	<b>TOTAL</b>	<b>269.737.504</b>	<b>100,00</b>

Fonte: SIAFI/MF; PRODASEN/SF; Elaboração CONOF/CD

31. O Programa 2042 – Inovações para a Agropecuária contém apenas uma ação finalística (20ZY), a qual reserva cerca de R\$ 24,5 milhões para despesas com o desenvolvimento das regiões produtoras de cacau.

32. A proposta apresentada para a Unidade Central do Ministério da Agricultura em 2014 foi objeto de alterações significativas na sua fase de apreciação setorial. Do total de 388 emendas parlamentares aprovadas na programação da Unidade Central do MAPA, 384 acrescentam valor (R\$ 414,1 milhões) à Ação 20ZV – Fomento ao Setor Agropecuário. As restantes foram aprovadas no âmbito do Programa 2028 (duas emendas totalizando R\$ 2,250 milhões) e do Programa 2042 (duas emendas no valor total de R\$ 750 mil).

**MAPA (UNID. CENTRAL): EMENDAS COLETIVAS APROVADAS - PLOA 2014**

AUTOR	AÇÃO	TÍTULO E SUBTÍTULO	VALOR	(%)
Bancada da Bahia	20ZY	Desenvolvimento das Regiões Produtoras de Cacau - Equipamentos e Materiais Permanentes - No Estado da Bahia	16.700.000	7,41
Bancada de Goias	20ZV	Fomento ao Setor Agropecuário - Aquisição de Patrulha Mecanizada para Manutenção de Estradas Vicinais - No Estado de Goiás	21.713.057	9,63
Bancada de Minas Gerais	20ZW	Promoção da Defesa Agropecuária - Implantação do Centro de Biossegurança e Quarentena Vegetal - No Estado de Minas Gerais	30.000.000	13,31
Bancada de Rondônia	20ZV	Fomento ao Setor Agropecuário - Manutenção e Conservação de Estradas Vicinais - No Estado de Rondônia	16.537.255	7,34
Bancada de Rondônia	20ZV	Fomento ao Setor Agropecuário - Aquisição de Máquinas e Equipamentos - No Estado de Rondônia	16.537.255	7,34
Bancada de Santa Catarina	20ZV	Fomento ao Setor Agropecuário - Ampliação do Sistema de Eletrificação Rural - Aquisição de Máquinas, Equipamentos e Materiais Permanentes para Eletrificação Rural - No Estado de Santa Catarina	19.000.000	8,43
Bancada de Sergipe	20ZV	Fomento ao Setor Agropecuário - Construção da Central Regional de Abastecimento no Agreste Central - No Município de Itabaiana - SE	14.500.000	6,43
Bancada de Sergipe	20ZV	Fomento ao Setor Agropecuário - Construção do Mercado Municipal - No Município de Nossa Senhora das Dores - SE	12.400.000	5,50
Bancada do Pará	20ZV	Fomento ao Setor Agropecuário - Aquisição de Equipamentos e Patrulha Mecanizada - No Estado do Pará	25.000.000	11,09
Bancada do Paraná	20ZV	Fomento ao Setor Agropecuário - Implantação de Centro de Adaptação e Transferência de Tecnologia da EMBRAPA - Francisco Beltrão - PR	25.700.000	11,40
Comissão de Agricultura e Reforma Agrária	20ZV	Fomento ao Setor Agropecuário - Nacional	12.312.000	5,46
Comissão de Agric., Pec., Abast. e Des. Agrário	20ZV	Fomento ao Setor Agropecuário - Nacional	15.000.000	6,65
		<b>TOTAL</b>	<b>225.399.567</b>	<b>100,00</b>

Fonte: SIAFI/MF; PRODASEN/SF; Elaboração CONOF/CD

33. Na tabela vê-se que a quase totalidade das emendas coletivas aprovadas no Plano de Trabalho da Unidade Central do MAPA está alocada no âmbito da Ação 20ZV. Apenas duas exceções foram observadas: a Emenda da Bancada da Bahia, aprovada com R\$ 16,7 milhões na Ação 20ZY, e a Emenda da Bancada de Minas Gerais, aprovada na Ação 20ZW, com créditos da ordem de R\$ 21,7 milhões. O valor médio dessas emendas ficou em torno de R\$ 18,8 milhões, com limite superior em R\$ 30 milhões e inferior em R\$ 12,3 milhões.



**CONGRESSO NACIONAL**  
**COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO**  
 Relatório Setorial da Área Temática IX – Agricultura e Desenvolvimento Agrário - PLN nº 13, de 2014-CN

34. As bancadas estaduais tiveram dez emendas aprovadas totalizando R\$ 198 milhões. Quase dois terços do valor total aprovado (R\$ 642,5 milhões) são derivados de emendas parlamentares (R\$ 417 milhões). (Ver tabela a seguir). O valor médio das emendas de bancada aprovadas (R\$ 19,8 milhões) é quase 45% superior ao valor médio das emendas de comissão aprovadas.

**MAPA (UNID. CENTRAL) - EMENDAS APROVADAS - PLOA 2014  
POR GRUPO DE AUTORES**

GRUPO DE AUTORES	Nº EMENDAS	VALOR	(%)	VALOR MÉDIO	R\$ 1,00
BANCADA	10	198.087.567	30,83	19.808.757	
COMISSÃO	2	27.312.000	4,25	13.656.000	
PARLAMENTAR	388	417.096.750	64,92	1.074.992	
<b>TOTAL</b>	<b>400</b>	<b>642.496.317</b>	<b>100,00</b>	<b>1.606.241</b>	

Fonte: SIAFI/MF; PRODASEN/SF; Elaboração CONOF/CD

### **3.1.6 RESULTADOS DA APRECIAÇÃO LEGISLATIVA**

35. Nesta parte vamos apresentar o resultado das alterações efetuadas nas propostas orçamentárias do MAPA nos exercícios de 2013 e 2014, e uma projeção dos valores para o exercício de 2015.

36. A UO 22101 - MAPA – Adm. Central é a principal beneficiária de créditos orçamentários alocados por meio de emendas. Nos exercícios de 2013 e 2014 as programações inicialmente propostas receberam quase R\$ 1 bilhão por meio de emendas. Embora mais modestamente, o orçamento da Embrapa também foi acrescido, em média, em cerca de R\$ 76 milhões nos exercícios de 2013 e 2014. Para 2015, pode-se, então, projetar a aprovação de um orçamento da ordem de R\$ 11,5 bilhões para o MAPA.

**EXERCÍCIOS 2013 E 2014 E ESTIMATIVA PARA 2015**

UO	2013				2014				2015	Média dos Acréscimos B=(D+E)/2	LOA 2015 - PROJEÇÃO (A+B)	R\$ mil			
	PLOA	APROVADO	DIFERENÇA		PLOA	APROVADO	DIFERENÇA								
			VALOR (D)	(%)			VALOR (E)	(%)							
MAPA - Adm. Central	3.913.405	5.225.635	1.312.230	33,53	4.182.624	4.814.994	632.370	15,12	4.561.579	972.300	5.533.879				
EMBRAPA	2.287.192	2.350.438	63.246	2,77	2.529.332	2.617.539	88.207	3,49	2.841.365	75.727	2.917.092				
CONAB	2.957.843	2.956.373	-1.470	(0,05)	2.934.609	2.907.544	-27.065	(0,92)	3.022.757	-14.268	3.008.490				
FUNCAFÉ	33.791	33.791	0	-	39.544	39.544	0	-	44.882	0	44.882				
<b>TOTAL</b>	<b>9.192.231</b>	<b>10.566.237</b>	<b>1.374.006</b>	<b>14,95</b>	<b>9.686.109</b>	<b>10.379.621</b>	<b>693.513</b>	<b>7,16</b>	<b>10.470.583</b>	<b>1.033.759</b>	<b>11.504.342</b>				

Fonte: SIAFI/MF; PRODASEN/SF; Elaboração CONOF/CD

### **3.1.7 A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO MAPA**

37. A tabela a seguir mostra que, em geral, as despesas autorizadas para o MAPA em 2014 estão com baixos níveis de execução. O Índice de Execução Orçamentária (IEO), medido pela relação entre o valor das despesas liquidadas e o valor das despesas autorizadas, alcançou apenas 58,9% em 14-11-14. Até essa data as despesas com investimentos apresentam um IEO de apenas 6,13%. Ou seja, para que esse índice



**CONGRESSO NACIONAL**  
**COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO**  
 Relatório Setorial da Área Temática IX – Agricultura e Desenvolvimento Agrário - PLN nº 13, de 2014-CN

alcance ao menos a média dos dois últimos exercícios (54%), o MAPA terá de executar em pouco mais de um mês, quase nove vezes mais do que executou até essa data.

**MAPA: Índices de Execução Orçamentária - 2012 a 2015**  
**Por Grupo de Natureza da Despesa**

Grupo Natureza da Despesa - GND	IEO - Índice de Execução Orçamentária - (%)			
	2012	2013	2014 (1)	MÉDIA (2012-13)
Pessoal e Encargos Sociais	99,42	99,50	78,80	99,46
Juros e Encargos da Dívida	95,34	-	-	-
Outras Despesas Correntes	78,79	79,33	67,19	79,06
Investimentos	46,52	61,87	6,13	54,19
Inversões Financeiras	31,23	51,17	25,30	41,20
Amortização da Dívida	99,49	-	-	-
<b>Total</b>	<b>72,62</b>	<b>80,98</b>	<b>58,90</b>	<b>76,80</b>

(1) Execução até 14/11/2014

Fonte: SIAFI/MF - PRODASEN. Elaboração CONOF/CD

38. A lentidão na execução da despesa orçamentária do MAPA é observada em títulos de grande relevância para o setor agropecuário. Na ação que recebe a quase totalidade das emendas destinadas a esse órgão, apenas 8,9% dos créditos foram executados até o dia 14 de novembro de 2014. Essa morosidade força uma incompreensível concentração da execução no final do exercício de itens tipicamente caracterizados como atividade de natureza continuada e que requerem intervenções cotidianas do setor público; como é o caso daqueles relacionados com a defesa e com a pesquisa agropecuárias (Ver Tabela a seguir).

**MAPA – ÍNDICE DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - IEO**

**Títulos Selecionados - 2012 a 2014**

R\$ 1,00

Títulos Selecionados	2012		2013		2014 <sup>(3)</sup>	
	AUTORIZADO (1)	EXECUTADO (2)	AUTORIZADO	EXECUTADO	AUTORIZADO	EXECUTADO
PROJETOS PARA O DESENVOLVIMENTO DA AGROPECUÁRIA (4)	1.416.301.271	600.510.898	1.270.287.473	732.799.077	778.058.257	68.886.234
IEO (7)		<b>42,40%</b>		<b>57,69%</b>		<b>8,85%</b>
DEFESA AGROPECUÁRIA (9)	213.976.936	184.803.607	262.881.986	197.424.368	219.195.426	69.022.137
IEO		<b>86,37%</b>		<b>75,10%</b>		<b>31,49%</b>
PESQUISA E DESENVOLVIMENTO (8)	614.047.321	473.711.749	456.210.121	378.252.789	458.440.228	164.147.929
IEO		<b>77,15%</b>		<b>82,91%</b>		<b>35,81%</b>

(1) Autorizado em Lei, incluindo os efeitos de créditos adicionais aprovados e remanejamentos autorizados no exercício.

(2) Valor liquidado

(3) Execução até 14/11/2014

(4) Em 2012: Ação 8611 - Apoio ao Pequeno e Médio Produtor Agropecuário; em 2013 e 2014: Ação 20ZV - Fomento ao Setor Agropecuário.

(7) IEO = Executado/Autorizado\*100 (%)

(8) Subfunção 572: Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia

(9) Em 2012, subfunções 604+603. Em 2013 e 2014, total da subfunção 609 - Defesa Agropecuária



### **3.2 MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO – MDA**

39. O Órgão 49.000 - Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA tem como área de competência a reforma agrária, a promoção do desenvolvimento sustentável dos agricultores familiares e a identificação, demarcação e titulação das terras ocupadas pelos remanescentes das comunidades dos quilombos. A proposta orçamentária para o exercício de 2015 deste Órgão engloba duas unidades orçamentárias:

- a) 49.101 - Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA;
- b) 49.201 - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA.

40. O valor proposto para a área é de R\$ 5,6 bilhões, uma elevação de R\$ 975,0 milhões em relação ao valor da proposta de 2014, sendo R\$ 1,8 bilhão para a unidade orçamentária MDA e R\$ 3,8 bilhões para o INCRA.

41. De acordo com a Mensagem, nos últimos 6 anos foram assentadas 234 mil famílias, sendo que a meta para 2015 é assentar 30 mil famílias. Além da distribuição da terra, a Reforma Agrária deve considerar a necessidade de desenvolvimento das famílias assentadas. Para isso são fundamentais investimentos em assistência técnica e extensão Rural, assim como em infraestrutura básica dos assentamentos. Para o próximo ano, a meta constante do PLOA é prestar assistência técnica a 287 mil famílias com a aplicação de R\$ 355,4 milhões, assim como aplicar cerca de R\$ 201,3 milhões em ações voltadas à infraestrutura básica, com o objetivo de atender cerca de 20,4 mil famílias.

42. No que se refere ao “Plano Brasil Sem Miséria”, verificamos que há quatro ações do MDA e uma do INCRA que constam do Plano, conforme tabela a seguir:

Ações relativas ao Plano Brasil Sem Miséria (MDA e INCRA)

Unid. Orçamentária	Ação	PLOA 2015 R\$ Mil
Ministério do Desenvolvimento Agrário	210O Assistência Técnica e Extensão Rural para Agricultura Familiar	657.311,7
	210W Apoio à Organização Econômica e Promoção da Cidadania de Mulheres Rurais	18.852,3
	2B81 Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar - PAA	32.843,9
INCRA	210S Assistência Técnica e Extensão Rural para Reforma Agrária	355.367,0

Fonte: PLOA 2015, Anexo III, inciso XXIX (Informações Complementares)

43. Outro aspecto da proposta que merece menção diz respeito à aglutinação de ações que vem ocorrendo desde 2013 e que também afetou as programações a cargo do MDA e do INCRA. De acordo com o Governo, o detalhamento da execução das ações poderá ser acompanhado a partir de consultas ao “Plano Orçamentário”<sup>2</sup>. O quadro abaixo traz as principais ações executadas no âmbito do MDA, e respectivos planos orçamentários:

<sup>2</sup> Conforme o Manual Técnico de Orçamento - MTO-2013, o “PO é uma identificação orçamentária, de caráter gerencial (não constante da LOA), vinculada à ação orçamentária, que tem por finalidade permitir que tanto a elaboração do orçamento quanto o acompanhamento físico e financeiro da execução ocorram num nível mais detalhado do que o do subtítulo (localizador de gasto) da ação. Em outros termos, o PO foi criado para viabilizar a reestruturação da programação qualitativa de acordo com a produção pública: ações finalísticas, com produtos finais; e ações-meio, com produtos intermediários. Identificando aos beneficiários o que interessa, a contraprestação do Estado sob a forma de produtos e serviços finais”



**CONGRESSO NACIONAL**  
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO  
Relatório Setorial da Área Temática IX – Agricultura e Desenvolvimento Agrário - PLN nº 13, de 2014-CN

**PLOA 2013 Ações e respectivo plano orçamentário no âmbito da Unidade Orçamentária 49101 – Ministério do Desenvolvimento Agrário**

UO	Ação	Plano Orçamentário
MDA	2100 - Assistência Técnica e Extensão Rural para Agricultura Familiar	Apoio à Estruturação das Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural
		Assistência Técnica e Extensão Rural para Agricultores Familiares e seus Empreendimentos
		Formação e Capacitação de Agentes de Assistência Técnica e Extensão Rural
		Assistência Técnica e Extensão Rural para Comunidades Quilombolas
		Técnica Especializada para Mulheres Rurais
		Assistência Técnica e Extensão Rural em Áreas Indígenas
	210X - Apoio ao Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais	Desenvolvimento Territorial Rural Sustentável e Combate à Pobreza no Semiárido do Nordeste
		Apoio à Elaboração e Gestão Social dos Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável - PTDRS
		Capacitação de Agentes de Desenvolvimento
		Fomento à Estruturação e Consolidação de Redes Sócio-Produtivas da Agricultura Familiar no Âmbito dos Territórios Rurais
	2B81 - Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar - PAA	Apoio a Projetos de Infraestrutura e Serviços em Territórios Rurais
		Implantação de Bibliotecas Rurais - Arca das Letras
		Fortalecimento e Valorização de Iniciativas Territoriais de Manejo e Uso Sustentável da Agrobiodiversidade
		Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar - PAA
		Operacionalização da Aquisição, da Armazenagem e da Revenda de Produtos da Agricultura Familiar - PAA

Fonte: PLOA 2015, Anexo III, inciso XXXI (Informações Complementares)

**44. O quadro abaixo traz a principais ações executadas no âmbito do INCRA, e respectivos planos orçamentários:**

**PLOA 2013 Ações e respectivo plano orçamentário no âmbito da Unidade Orçamentária 49201 – INCRA**

UO	Ação	Plano Orçamentário
INCRA	210S - Assistência Técnica e Extensão Rural para Reforma Agrária	Formação e Capacitação de Agentes de Assistência Técnica e Extensão Rural – Incra.
		Assistência Técnica e Extensão Rural para Reforma Agrária
	211A - Desenvolvimento de Assentamentos Rurais	Supervisão e Fiscalização da Concessão do Crédito Instalação às Famílias Assentadas da Reforma Agrária
		Gestão Ambiental em Projetos de Assentamento de Reforma Agrária
		Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização - Terra Sol
		Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em Projetos de Assentamento
		Regularização Ambiental de Assentamentos da Reforma Agrária
		Cadastro, Seleção e Homologação de Famílias Beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária
		Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais
		Implantação e Recuperação de Infraestrutura Básica em Projetos de Assentamento
		Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento
		Supervisão Ocupacional de Projetos de Assentamentos

Fonte: PLOA 2015, Anexo III, inciso XXXI (Informações Complementares)



**CONGRESSO NACIONAL**  
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO  
Relatório Setorial da Área Temática IX – Agricultura e Desenvolvimento Agrário - PLN nº 13, de 2014-CN

### 3.2.1 A PROPOSTA E A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO MDA

45. A tabela a seguir compara as dotações constantes das propostas orçamentárias para 2014 e 2015, para a Unidade Orçamentária MDA, por Programas.

Propostas Orçamentárias para o MDA 2014 x 2015  
(Programas)

Programas	PLOA 2014	PLOA 2015	R\$ Mil Variação
- Previdência de Inativos e Pensionistas da União	100,00	10,00	-90%
- Op. Especiais: Serviço da Dívida Externa (Juros e Amortizações)	657,00	191,74	-71%
- Agricultura Familiar	899.080,62	935.431,25	4%
- Desenv. Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária	184.499,87	544.375,90	195%
- Enfrentamento ao Racismo e Promoção da Igualdade Racial	6.000,00	1.790,17	-70%
- Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária	88.016,14	66.660,92	-24%
- Segurança Alimentar e Nutricional	90.825,90	32.843,94	-64%
- Programa de Gestão e Manutenção do MDA	179.107,62	198.065,30	11%
<b>TOTAL</b>	<b>1.448.287,15</b>	<b>1.779.369,23</b>	<b>23%</b>

Fonte: SIAFI/Prodasen

46. Verifica-se uma elevação de 23% nos recursos globais para o MDA, propostos para 2015, em relação aos do PLOA 2014. Entre os programas finalísticos cabe destacar o incremento de recursos para Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária de R\$ 359,8 milhões (195%). Por outro lado nota-se substancial redução dos recursos destinados a “Segurança Alimentar e Nutricional” de R\$ 57,9 milhões (-64%).

47. Em relação às fontes de financiamento da programação, o MDA contará basicamente com recursos do Tesouro:

Proposta Orçamentária do MDA para 2015  
(Fontes de Financiamento)

Fonte	Valor (R\$ mil)
100 – Recursos Ordinários	1.751.252,63
150 – Recursos Próprios não Financeiros	24.948,52
Outras	3.168,08
<b>TOTAL</b>	<b>1.779.369,23</b>

Fonte: Siafi/PRODASEN

48. Quanto à aplicação, segundo o grupo de natureza da despesa (GND), o quadro para 2015 mostra que 63% dos recursos serão destinados às despesas correntes e 32% a investimentos.

Proposta Orçamentária do MDA para 2015  
(GND)

GND	Valor (R\$ mil)
1-Pessoal e Encargos	58.568,78
2-Juros e Encargos	191,74
3-Outras Despesas Correntes	1.121.949,11
4-Investimentos	568.659,60
5-Inversões Financeiras	30.000,00
6-Amortização	-
<b>TOTAL</b>	<b>1.779.369,23</b>

Fonte: Siafi/PRODASEN



**CONGRESSO NACIONAL**  
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO  
Relatório Setorial da Área Temática IX – Agricultura e Desenvolvimento Agrário - PLN nº 13, de 2014-CN

49. A análise da execução orçamentária de 2014 propicia visão mais abrangente do desempenho da unidade orçamentária e pode ser verificada pelos dados da tabela a seguir:

Execução Orçamentária do MDA em 2014  
(Programas)

Programa	PL	Autorizado (A)	Empenhado	Liquidado (B)	Pago	R\$ mil (B/A) (%)
- Previdência de Inativos e Pensionistas da União	100,0	100,0	0,0	0,0	0,0	0%
- Op. Especiais: Serviço da Dívida Externa (Juros e Amortizações)	657,0	657,0	0,0	0,0	0,0	0%
- Agricultura Familiar	899.080,6	1.638.834,4	1.137.920,7	770.429,7	769.333,2	47%
- Desenv. Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária	184.499,8	428.972,6	111.405,2	14.436,3	8.452,7	2%
- Enfrentamento ao Racismo e Promoção da Igualdade Racial	6.000,0	6.100,0	753,4	331,6	331,6	5%
- Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária	88.016,1	75.496,5	51.211,9	5.854,5	5.845,3	7%
- Segurança Alimentar e Nutricional	90.825,9	47.713,4	25.114,5	22.272,7	22.272,7	46%
- Gestão e Manutenção do MDA	179.107,6	187.597,2	157.761,3	117.496,3	117.476,0	60%
<b>TOTAL</b>	<b>1.448.287,1</b>	<b>2.385.471,4</b>	<b>1.484.167,2</b>	<b>930.821,2</b>	<b>923.711,6</b>	<b>38%</b>

Fonte: SIAFI/MF - PRODASEN.

Valores executados até 14/11/2014

50. De um total autorizado para o MDA de R\$ 2,3 bilhões, foram executadas (no conceito de despesa liquidada), até 14/11/2014, 38% das dotações. Verifica-se em alguns programas finalísticos execução abaixo da média, em especial o Programa Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária, onde foram executados apenas 14,4 milhões de um total de 428,9 milhões de dotações autorizadas. Neste Programa estão alocadas as dotações para “Apoio ao Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais” (R\$ 313,3 milhões de autorização), e para “Aquisição de Máquinas e Equipamentos para Adequação de Infraestrutura Produtiva Municipal” (R\$ 115,6 milhões de autorização). Chama a atenção o fato de esta última ação apresentar baixa execução orçamentária (6,9% do autorizado) a despeito de estar incluída no PAC. Para 2015, a referida ação também faz parte do PAC, com previsão orçamentária no PLOA de apenas R\$ 400,0 milhões.

### 3.2.2 A PROPOSTA E A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO INCRA

51. Os dados da tabela a seguir mostram que a proposta para 2015 apresenta um incremento de 20% em relação ao PLOA 2014.

52. No Incra, os programas finalísticos não sofreram variações significativas, mantendo-se praticamente inalteradas as previsões de desembolsos para Agricultura Familiar e para Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária, por exemplo



**CONGRESSO NACIONAL**  
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO  
Relatório Setorial da Área Temática IX – Agricultura e Desenvolvimento Agrário - PLN nº 13, de 2014-CN

**Propostas Orçamentárias do Incra 2014 x 2015  
(Programas)**

Programa	PLOA 2014	PLOA 2015	R\$ mil Variação (%)
- Previdência de Inativos e Pensionistas da União	411.476,50	460.850,00	12%
- Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais	535.062,53	1.078.639,98	102%
- Operações Especiais: Outros Encargos Especiais	416,00	432,99	4%
- Agricultura Familiar	356.000,00	355.367,09	0%
- Enfrentamento ao Racismo e Promoção da Igualdade Racial	30.500,00	29.500,00	-3%
- Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária	1.137.925,93	1.161.580,00	2%
- Programa de Gestão e Manutenção do MDA	693.664,20	723.052,88	4%
<b>TOTAL</b>	<b>3.165.045,15</b>	<b>3.809.422,93</b>	<b>20%</b>

Fonte: Siafi/PRODASEN

53. Em relação às fontes de financiamento da programação, o Incra contará principalmente com Recursos Ordinários do Tesouro (R\$ 1.771,36 milhões), de Outras Contribuições Sociais (R\$ 1.272,05 milhões) e de Títulos da Dívida Agrária (R\$ 576,00 milhões).

**Proposta Orçamentária do Incra para 2015  
(Fonte)**

Fonte	Valor (R\$ Mil)
100 – Recursos Ordinários	1.771.360,91
156 – Contribuição do Servidor para o PSS.	61.177,63
164 – Títulos da Dívida Agrária	576.000,00
169 – Contribuição Patronal para o PSS	89.514,48
175 – Taxas por Serviços Públicos	4.813,85
176 – Outras Contribuições Sociais	1.272.058,80
250 – Recursos Próprios não Financeiros	34.497,27
<b>TOTAL</b>	<b>3.809.422,93</b>

Fonte: Siafi/PRODASEN

54. No que se refere ao grupo de natureza da despesa (GND), observa-se que a maior parte dos recursos programados para o exercício será destinada a inversões financeiras.

**Proposta Orçamentária do Incra para 2015  
(GND)**

GND	Valor (R\$ Mil)
1-Pessoal e Encargos	1.000.227,32
3-Outras Despesas Correntes	858.732,30
4-Investimentos	224.100,00
5-Inversões Financeiras	1.726.363,31

Fonte: Siafi/PRODASEN



**CONGRESSO NACIONAL**  
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO  
Relatório Setorial da Área Temática IX – Agricultura e Desenvolvimento Agrário - PLN nº 13, de 2014-CN

55. Considerando as inversões financeiras, verifica-se que a principal ação finalística será a “obtenção de imóveis rurais para criação de assentamentos da reforma agrária”, com dotação de R\$ 800,0 milhões.

56. Quanto à modalidade de aplicação, verifica-se na tabela a seguir que o orçamento do Incra deverá ser executado diretamente pelo próprio Instituto, onde estão previstos R\$ 2,9 milhões na modalidade de aplicação 90.

Proposta Orçamentária do Incra para 2015  
(Modalidade de Aplicação)

Modalidade Aplicação	Valor (R\$)
30 – Transf. a Estados e ao DF	31.732.781
40 – Transf. a Municípios	40.010.000
50 – Transf. a Instituições Privadas	27.208.190
90 – Aplicações Diretas	3.619.274.142
91 – Aplicação Direta Org. F. Entidades	91.197.821

Fonte: Siafi/PRODASEN

57. A tabela a seguir mostra as informações, até o mês de novembro, da execução orçamentária do Incra:

Execução Orçamentária do Incra em 2014  
(Programas)

Programa	PL	Autorizado (A)	Empenhado	Liquidado (B)	Pago (C)	R\$ mil (B/A) (%)
- Previdência de Inativos e Pensionistas da União	411.476,5	456.117,4	410.115,4	367.917,8	367.917,8	80%
- Operações Especiais:- Cumprimento de Sentenças Judiciais	535.062,5	398.647,3	106.104,4	40.877,7	40.877,7	10%
- Operações Especiais: Outros Encargos Especiais	416,0	416,0	416,0	332,7	332,7	80%
- Reserva de Contingência	39.120,9	39120,9	0,0	0,0	0,0	0,0
- Agricultura Familiar	356.000,0	345.011,4	312.464,7	68.152,8	64.124,8	19%
- Enfrentamento ao Racismo e Promoção da Igualdade Racial	30.500,0	30.400,0	26.280,7	15.936,9	15.918,6	52%
- Reforma Agrária e - Ordenamento da Estrutura Fundiária	1.137.925,9	1.170.150,4	859.414,3	481.275,9	465.098,0	41%
- Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Desenvolvimento Agrário	693.664,2	723.664,2	656.723,4	546.449,9	543.781,6	75%
<b>TOTAL</b>	<b>3.165.045,1</b>	<b>3.163.527,8</b>	<b>2.371.519,1</b>	<b>1.520.943,7</b>	<b>1.497.709,4</b>	<b>48%</b>

Fonte: Siafi/PRODASEN. Valor da execução até 14/11/2014.

58. Pelos dados, observa-se que no Incra foram executados (liquidados) 48% dos recursos globais autorizados. Porém, os principais Programas finalísticos apresentam execução mais baixa: Agricultura Familiar (19%) e Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária (41%).

59. Cabe destacar que o Programa Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária contempla dotações para a reforma agrária que se encontram com baixa



## CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatório Setorial da Área Temática IX – Agricultura e Desenvolvimento Agrário - PLN nº 13, de 2014-CN

execução orçamentária até o momento, tais como: Desenvolvimento de Assentamentos Rurais (execução de apenas 18% dos R\$ 303,3 milhões autorizados); e Concessão de Crédito-Instalação às Famílias Assentadas (execução de 2% dos R\$ 946 milhões autorizados).

### 3.3 MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA - MPA

60. A proposta orçamentária de 2015 para o Ministério da Pesca e Aquicultura é de R\$ 255 milhões, 9,6% inferior aos R\$ 282 milhões propostos e 40,4% inferior aos R\$ 428 milhões aprovados para 2014.

61. Os R\$ 255 milhões propostos para 2015 estão distribuídos entre os programas 2052 - Pesca e Aquicultura: R\$ 115 milhões (45%), 2028 - Defesa Agropecuária: R\$ 17 milhões (7%), e 2113 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Pesca e Aquicultura: R\$ 123 milhões (48%). A tabela a seguir mostra a execução dos programas vinculados ao Ministério da Pesca e Aquicultura em 2012, 2013 e 2014:

MPA – EXECUÇÃO POR PROGRAMAS

R\$ Mil

Programa	2012	2013	2014 <sup>(1)</sup>			
	Liquidado	Liquidado	Proposta	Autorizado	Liquidado	IEO (L/A%)
2052 Pesca e Aquicultura	23.849	36.276	156.674	294.509	13.177	4,5%
2028 Defesa Agropecuária	4.851	6.501	22.550	19.897	35	0,2%
2113 Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Pesca e Aquicultura	81.796	90.028	102.280	117.206	91.104	77,7%
0089 Previdência de Inativos e Pensionistas da União	-	-	130	130	-	-
<b>Total</b>	<b>110.496</b>	<b>132.805</b>	<b>281.634</b>	<b>431.742</b>	<b>104.316</b>	<b>24,2%</b>

(1) Execução até 19/12/2014.

Fonte: SIAFI/MF - PRODASEN. Elaboração COFF/CD

62. As despesas do Órgão estão concentradas na Função 20 – Agricultura (99,99%). No que se refere ao grupo de natureza de despesa - GND, 66% das despesas previstas foram alocadas em Outras Despesas Correntes (R\$ 167,2 milhões), 20% em Investimentos (R\$ 50,3 milhões) e 15% em Pessoal (R\$ 37,1 milhões).

MPA - PROPOSTAS POR GRUPO DE NATUREZA DA DESPESA

R\$ Mil

GND	2014		2015		Variação
	Valor	%	Valor	%	
1-PES	34.311	12,2%	37.136	14,6%	2.825
3-ODC	175.597	62,3%	167.191	65,7%	-8.406
4-INV	71.726	25,5%	50.334	19,8%	-21.392
<b>TOTAL</b>	<b>281.634</b>	<b>100%</b>	<b>254.662</b>	<b>100%</b>	<b>-26.972</b>

Fonte: PLOA 2013 e 2014

63. Em comparação ao grupo Outras Despesas Correntes, as despesas com pessoal ainda são pequenas, mas apresentam o maior índice de execução orçamentária



## CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatório Setorial da Área Temática IX – Agricultura e Desenvolvimento Agrário - PLN nº 13, de 2014-CN

até 19/12/2014 (90,0%), conforme o quadro a seguir, que demonstra ainda uma baixa execução em custeio (33,3%) e uma execução quase nula em investimentos (1,9%).

### MPA - DESPESAS POR GRUPO DE NATUREZA DA DESPESA

Execução 2013-2014 e PLOA 2015

R\$ Mil

Programa	2013		2014 <sup>(1)</sup>			2015	Variação (2015-2014)
	Liquidado	Proposta	Autorizado	Liquidado	IEO (L/A%)	Proposta	
1 Pessoal e Encargos Sociais	33.643	34.311	37.156	33.060	90,0%	37.136	2.825
3 Outras Despesas Correntes	84.675	175.597	202.917	67.584	33,3%	167.191	-8.406
4 Investimentos	14.487	71.726	191.669	3.672	1,9%	50.334	-21.392
<b>Total</b>	<b>132.805</b>	<b>281.534</b>	<b>431.742</b>	<b>104.316</b>	<b>24,2%</b>	<b>254.662</b>	<b>-26.972</b>

(1) Execução até 19/12/2014.

Fonte: SIAFI/MF - PRODASEN. Elaboração COFF/CD

64. A tabela a seguir detalha as ações do principal programa temático a cargo do Ministério da Pesca e Aquicultura, 2052 - Pesca e Aquicultura (R\$ 115 milhões), segundo o PLOA 2015:

### MPA – PROGRAMA 2052 – PESCA E AQUICULTURA

R\$ Mil

Ação	PLOA 2015
20Y0 - Fomento à Produção Pesqueira e Aquícola	45.302
20Y1 - Desenvolvimento da Infraestrutura Pesqueira e Aquícola	26.162
0080 - Subvenção Econômica ao Preço do Óleo Diesel de Embarcações Pesqueiras (Lei nº 9.445, de 1997)	18.617
213F - Funcionamento dos Terminais Pesqueiros Públicos de Propriedade e Administração da União	11.522
20Y2 - Fiscalização e Monitoramento para a Sustentabilidade dos Recursos Pesqueiros e Aquícolas	10.325
153U - Construção e Ampliação de Terminais Pesqueiros Públicos de Propriedade e Administração da União	2.000
00ON – Apoio ao funcionamento de Terminais Pesqueiros Públicos de Propriedade de Outros Entes	1.000
<b>Total</b>	<b>114.928</b>

Fonte: PLOA 2015

## 4. CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS E ESPECIAIS APROVADOS

65. Tendo em vista o disposto no art. 70, I, c, da Resolução nº 1, de 2006-CN, esta Relatoria constatou que até o presente momento não foram abertos créditos especiais ou extraordinários, passíveis de reabertura em 2015, que contemplem as unidades orçamentárias integrantes desta Área Temática.

## 5. OBRAS COM INDÍCIOS DE IRREGULARIDADES GRAVES

66. Dedicamos especial atenção à análise das informações levantadas pelo Tribunal de Contas da União – TCU no que se refere a obras com pendências junto àquela Corte. Observamos que, até esta data, nenhuma obra constante da programação desta Área Temática foi incluída na relação do TCU, não havendo, assim, restrições para alocação de dotações na Proposta Orçamentária para 2015.



## 6. ANÁLISE DAS EMENDAS

### 6.1 CONSIDERAÇÕES GERAIS

67. A Relatoria da Área Temática IX – Agricultura e Desenvolvimento Agrário recebeu 588 emendas para análise, sendo 587 de apropriação e 1 de remanejamento. Das emendas de apropriação, 563 são individuais e 25 coletivas, sendo 21 de bancadas estaduais e 4 de comissão do Senado Federal.

68. O valor total solicitado pelas emendas de apropriação alcançou R\$ 3,84 bilhões, sendo R\$ 2,2 bilhões de bancadas estaduais, R\$ 1,1 bilhão de comissões e R\$ 563 milhões de emendas individuais.

69. A emenda de remanejamento, apresentada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, totalizou R\$ 33 milhões.

70. Não foram apresentadas emendas à programação de investimento das estatais desta Área Temática.

### 6.2 AJUSTES E ADEQUAÇÕES NAS EMENDAS

71. Considerando-se as limitações constitucionais, bem como as estabelecidas no Parecer Preliminar ao PL Nº 13/2014-CN e na Resolução nº 1/2006-CN, procuramos superar eventuais incorreções técnicas encontradas em algumas proposições apresentadas com os objetivos de compatibilizar as propostas com a estrutura orçamentária do Projeto de Lei e de minimizar os entraves na fase de execução da programação orçamentária emendada.

72. Assim, além da análise do mérito, procuramos ajustar ou adequar algumas emendas às normas estabelecidas para sua apresentação e ao programa de trabalho proposto no referido Projeto de Lei. Alterações mais significativas foram autorizadas pelos respectivos autores por meio de pedidos encaminhados ao Presidente da CMO, via Sistema de Solicitações de Ajuste a Emendas – SISEL. A Secretaria da CMO publica relatório dessas solicitações, as quais se referem a um ou mais de um dos seguintes itens:

- a) **Grupo de Natureza da Despesa:** para ajustar as despesas com o tipo de gasto pretendido;
- b) **Modalidade de Aplicação:** para adequar a responsabilidade de execução da emenda às reais intenções de seu autor e, também, para evitar a ocorrência de emenda dentro das proibições de transferência de recursos para entidade privada constantes do art. 26 da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF) e do Capítulo IV, Seção I - Das Transferências para o Setor Privado, do autógrafo da LDO 2015 (PL nº 03/2014-CN);
- c) **Funcional e Programática:** para acomodar as intenções do autor, constantes na justificação ou no subtítulo, dentro da programação do órgão orçamentário e dos programas existentes;
- d) **Subtítulo da emenda:** principalmente para melhorar a indicação da localidade e da matéria de competência das diversas unidades orçamentárias desta Área Temática, ou mesmo para adequá-la ao



**CONGRESSO NACIONAL**  
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO  
Relatório Setorial da Área Temática IX – Agricultura e Desenvolvimento Agrário - PLN nº 13, de 2014-CN

disposto no art. 23, inciso VIII, da Constituição Federal, combinado com o disposto no Inciso VI do art. 18 do autógrafo da LDO 2015, adequando-a aos casos em que a Constituição Federal permite a transferência voluntária de recursos da União para Estados e Municípios;

- e) **Metas e quantidades:** para adequar aos padrões sistematizados e aos custos unitários médios utilizados como referenciais;
- f) **Unidades Orçamentárias:** para adequar a ação proposta no subtítulo com o programa de trabalho da respectiva unidade orçamentária;
- g) **Localidade:** para ajustar a região ou município à proposta apresentada no subtítulo ou na justificação ou para tornar a localidade mais específica;
- h) **Órgão:** para adequar a ação proposta ao programa de trabalho do órgão executor.

### 6.3 ANÁLISE DE ADMISSIBILIDADE

73. A Resolução nº 1/2006-CN prevê o exame e a apreciação preliminar da admissibilidade das emendas antes do início da sua discussão do correspondente Relatório Setorial. Porém, verifica-se que, até a apresentação deste relatório, o Comitê de Exame da Admissibilidade de Emendas (CAE) não havia emitido parecer sobre as emendas coletivas de apropriação. Deste modo, com respaldo no art. 70, III, “c”, da Resolução nº 1/2006-CN, esta Relatoria promoveu a análise de admissibilidade das emendas coletivas.

74. No caso das Emendas 71220020 e 71260010, dado o prazo exíguo para que os próprios autores efetassem os ajustes necessários à adequação das emendas, sugerimos as seguintes modificações:

Emenda	Autor	Título Proposto	Incorreção	Título Ajustado
71220020	BANCADA DO RIO GRANDE DO SUL	210V - PROMOÇÃO E FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR EM MUNICÍPIOS - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	Fere art. 47, II, da Resolução nº 1/2006-CN	210V - PROMOÇÃO E FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
71260010	BANCADA DE SANTA CATARINA	20ZV - FOMENTO AO SETOR AGROPECUÁRIO - FOMENTO E APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA BACIA DO LEITE EM SANTA CATARINA - NO ESTADO DE SANTA CATARINA	Fere art. 47, II, da Resolução nº 1/2006-CN	20ZV - FOMENTO AO SETOR AGROPECUÁRIO - FOMENTO E APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA BACIA DO LEITE EM SANTA CATARINA - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - NO ESTADO DE SANTA CATARINA

75. Esclarecemos que tais ajustes foram propostos no sentido de evitar a declaração de inadmissibilidade das Emendas. Caso os autores desejem promover outras alterações, deverão fazê-lo na fase da Relatoria-Geral.



**CONGRESSO NACIONAL**  
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO  
Relatório Setorial da Área Temática IX – Agricultura e Desenvolvimento Agrário - PLN nº 13, de 2014-CN

76. Com esses ajustes, consideramos que todas as emendas individuais e coletivas estão em conformidade com as leis e normas orçamentárias e financeiras vigentes.

#### **6.4 PADRÕES DE CUSTOS UNITÁRIOS MÉDIOS**

77. Na medida do possível, procuramos aproximar os valores unitários das metas das emendas apresentadas aos custos unitários implícitos no Projeto encaminhado pelo Poder Executivo. No caso das emendas em itens não contemplados na programação de trabalho proposta, sugerimos valores aproximados com as cotações de mercado.

78. Solicitamos, entretanto, aos senhores assessores e secretários parlamentares que consultassem os prováveis usuários e beneficiários sobre suas reais necessidades, em virtude de diferenças regionais e da grande variabilidade em termos de potência, marcas, utilização e qualidade das máquinas e equipamentos para uso na agricultura.

#### **6.5 ANÁLISE DE MÉRITO DAS EMENDAS**

79. As emendas coletivas, por se constituírem em instrumento de inegável valor para o aperfeiçoamento da ação do Estado em termos de políticas públicas de caráter nacional ou regional, mereceram nossa atenção especial.

80. Pelo inegável mérito, mas em razão da limitação de recursos, as acolhemos parcialmente. Os recursos foram distribuídos de forma equilibrada com a dimensão da oferta e da demanda dos setores agrícola, agrário e da pesca de cada Estado. Consideramos, também, na referida distribuição, o princípio da redução das desigualdades inter-regionais. Utilizamos, no modelo de simulação, indicadores construídos com informações oficiais do IBGE, tais como, a área utilizada com lavouras, população total residente e produto interno bruto per capita. A motivação política das diversas bancadas em apresentar emendas a esta Área Temática foi por nós interpretada como critério adicional para promover ajustes no atendimento de suas respectivas demandas.

81. As emendas individuais foram consideradas meritórias e aprovadas em sua totalidade.

#### **6.6 FONTES DE RECURSOS**

82. Esta Relatoria contou com um total de R\$ 799 milhões recebidos do Relator Geral para o atendimento das emendas apresentadas, sendo:

- R\$ 547 milhões para as emendas individuais, nos termos do item 25, I, da Parte B – Parte Especial e do Anexo III, item 2.1, do Parecer Preliminar; e
- R\$ 251 milhões para as emendas de bancadas e de comissões, nos termos do item 26, I, da Parte B e do Anexo III, item 3.1, do Parecer Preliminar.

83. Verificando que os recursos destinados ao atendimento das emendas coletivas se apresentava insuficiente para atender às expectativas das comissões e das bancadas, optamos por promover parte dos cancelamentos permitidos pelo item 30, I e II, da Parte B do Parecer Preliminar, no montante de R\$ 45 milhões.



**CONGRESSO NACIONAL**  
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO  
Relatório Setorial da Área Temática IX – Agricultura e Desenvolvimento Agrário - PLN nº 13, de 2014-CN

## 6.7 PARECER ÀS EMENDAS

84. Verificamos, inicialmente, que, nos termos da Resolução nº 1/2006-CN, as emendas de apropriação apresentadas a esta Relatoria atendem às normas constitucionais e legais em vigor e são compatíveis com o autógrafo da LDO 2015, com o PPA 2012-2015, com a Lei 4.320/64, com a Lei Complementar nº 101, de 2000 (LRF), e demais normas orçamentárias em vigor.

### 6.7.1 PARECER ÀS EMENDAS INDIVIDUAIS

85. Considerando o que foi exposto e após exame em relação ao mérito e às normas para apresentação das emendas contidas no Capítulo XIV e na Subseção V da Seção VI da Resolução nº 1/2006-CN, do Congresso Nacional, e na Parte B do Parecer Preliminar, **somos pela aprovação de todas as emendas individuais apreciadas.**

### 6.7.2 PARECER ÀS EMENDAS COLETIVAS

86. Decidimos, após exame em relação ao mérito e às normas para apresentação das emendas contidas no Capítulo XIV e nas Subseções III e IV da Seção VI da Resolução nº 1/2006-CN, do Congresso Nacional, bem como na Parte B do Parecer Preliminar, **aprovar parcialmente todas as emendas coletivas de apropriação apresentadas.**

87. Quanto à emenda coletiva de remanejamento, não obstante o mérito da proposição, dada a escassez de recursos **votamos pela rejeição da Emenda nº 60120005.**

## 6.8 RECOMENDAÇÕES À RELATORIA-GERAL

88. Em face da inexistência de proposições para o atendimento de algumas demandas, esta relatoria viu-se impossibilitada de contribuir para amenizar a carência de recursos em algumas áreas estratégicas para o desenvolvimento do setor agropecuário. Diante disso, considerando a autorização constante do Item 18, II, f, do Parecer Preliminar, solicitamos especial empenho por parte da Relatoria-Geral na apreciação dos seguintes pleitos para a melhoria das condições de atuação da Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB:

Demandas	Valor (R\$)
Aquisição e adaptação de imóvel para instalação da Sede da Superintendência Regional da Conab no Estado da Bahia.	8.000.000,00
Construção de imóveis para instalação das Sedes das Superintendências Regionais da Conab nos Estados: PR, AP, MS, PB e RN.	30.900.000,00
Reforma dos imóveis para abrigar as Sedes das Superintendências Regionais da Conab nos Estados: CE, PE, RS, RN, AM, ES, GO, PA, PI, RJ, RO, RR, SC, TO e DF.	24.900.000,00
Suplementação necessária para fazer frente às despesas de funcionamento da Conab em todo o território brasileiro, tanto da Matriz e de 27 Sedes de Superintendências Regionais, como também 97 complexos armazeadores.	30.000.000,00
Recuperação e modernização das unidades armazeadoras, inclusive a reposição de máquinas e equipamentos, móveis e utensílios.	8.000.000,00
Recursos necessários ao funcionamento das Unidades Armazeadoras, envolvendo as despesas comerciais e administrativas.	2.000.000,00



**CONGRESSO NACIONAL**  
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO  
Relatório Setorial da Área Temática IX – Agricultura e Desenvolvimento Agrário - PLN nº 13, de 2014-CN

## **II - VOTO DO RELATOR**

Do exposto, somos pela **aprovação da proposta orçamentária para o exercício de 2015 na forma do PLN nº 13, de 2014-CN**, relativa aos órgãos e unidades orçamentárias da Área Temática IX - Agricultura e Desenvolvimento Agrário, encaminhada pelo Poder Executivo na Mensagem Presidencial nº 251, de 2014, na origem, **com as alterações decorrentes das emendas cuja aprovação total ou parcial** estamos propondo.

Sala da Comissão Mista, 21 de dezembro de 2014.

**Deputado MOREIRA MENDES**  
Relator Setorial  
**ÁREA TEMÁTICA IX**  
AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO